

COGNITIO JURIS – Vol. 10, No. 28 – Março de 2020

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris

Volume 10 – Número 28 – Março de 2020

ISSN 2236-3009



Imagem: Museu da Ciência e Indústria (Museum of Science+industry) – Chicago, Estado

Unidos

APRESENTAÇÃO

A Revista Cognitio Juris chega ao seu vigésimo oitavo número trazendo um amplo conteúdo jurídico extremamente atualizado.

As edições da Cognitio Juris são caracterizadas pela ampla diversidade de temáticas abordadas no campo do direito, abordando sobre as mais variadas matérias, tais como: Biodireito, Direito Ambiental, Constitucional, Internacional, Consumidor, Filosofia do Direito entre outros; afinal de contas, a intenção da Cognitio Juris é – através dos artigos científicos jurídicos apresentados em cada edição – apresentar um conhecimento jurídico inter e multidisciplinar moderno e pertinente com as transformações mais relevantes da sociedade contemporânea, para fornecer subsídios na resolução dos conflitos que afetam a harmonia social.

A sociedade atual vive em um período de rápida difusão de informações através dos meios de comunicação virtuais. Temos sim muita informação disponível, mas pouco dela pode ser aproveitada e transformada em conhecimento. Precisamos, em verdade, modificar alguns valores e transformar a nossa sociedade em uma “sociedade do conhecimento”.

A maneira de se transformar uma sociedade e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão é através da educação, e a melhor maneira para conseguirmos tal transformação é disponibilizar o conhecimento científico a todos, de maneira gratuita. – Esse é o papel da Cognitio Juris, como elemento que visa modificar e melhorar o mundo em que vivemos.

Nossos votos são de um proveitoso estudo.

Markus Samuel Leite Norat

Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial

ATENÇÃO: O acesso e leitura de todos os artigos publicados na Revista Cognitio Juris é, sempre foi e sempre será, inteiramente aberto e gratuito. Entretanto, momentaneamente, o site da Revista Cognitio Juris está passando por várias atualizações e reformas internas, o que pode causar a indisponibilidade temporária das páginas mais antigas. Estamos trabalhando incansavelmente para atualizar e modernizar essas páginas o mais rápido possível. Assim que os trabalhos de manutenção forem finalizados, o acesso e leitura de todas as páginas antigas serão restabelecidos.

ARTIGOS

A ABUSIVIDADE DA TARIFA DINÂMICA PRATICADA PELO UBER

Cássio Benvenuto de Castro **035**

A COBRANÇA DE IPTU E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM

Lise Vieira da Costa Tupiassu Merlin; José Alberto Soares Vasconcelos **077**

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL NO BRASIL

Rogério de Meneses Fialho Moreira **108**

A CULPABILIDADE JURÍDICO-PENAL DO AGENTE PSICOPATA: UMA ANÁLISE À LUZ DA PSIQUIATRIA

Bianca Quitéria de Moura Santana; Lilian Maria da Silva **137**

A DEFESA DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Almir Santos Reis Junior; Nelson Fugita Junior **169**

A INTERNET DAS COISAS: UM NOVO PARDAIGMA DA COMUNICAÇÃO

Mayara Christiane Lima Garcia; Bruno Bastos de Oliveira; Naiara Biachi **184**

A PROTEÇÃO DO TRABALHADOR EM FACE DA AUTOMAÇÃO NA ERA TECNOLÓGICA DA INDÚSTRIA 4.0

Júlio de Araújo Sales; Filipe Henrique Estevam Nascimento; André Ricardo Fonsêca da Silva **213**

A REFORMA DO JUDICIÁRIO (EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2004) E A BUSCA DA REDUÇÃO DAS DEMANDAS LABORAIS MEDIANTE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS EXTRAJUDICIAIS

Raphael Dias Andrade **237**

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Arthur Pinheiro Basan; Andressa Rodrigues Ferreira De Oliveira **259**

ABSORÇÃO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA PELO SISTEMA DO DIREITO NAS AÇÕES QUE ENVOLVEM TECNOCIÊNCIA

Giselle Marie Krepsky; Thayane Cristine Barreto **297**

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Julian Nogueira de Queiroz **328**

CRIMES CIBERNÉTICOS NAS RELAÇÃO DE CONSUMO

Márcio Magliano Barbosa **349**

DADOS PESSOAIS SOB A ÉGIDE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (Nº 13.709/18)

Felipe Henriques Araújo; Markus Samuel Leite Norat **369**

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À CONGESTÃO JUDICIAL E AUMENTO DA EFETIVIDADE DO PODER JUDICIÁRIO: O CASO COLOMBIANO

Ricardo Berilo Bezerra Borba; Luis Carlos dos Santos Lima Sobrinho **394**

PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL DO AMBIENTE

Ricardo Sérvulo Fonsêca da Costa; Rogério Magnus Varela Gonçalves **415**